

MODELOS DE ANTI-EMBAIXADAS: DEMÓSTENES E ARISTÓFANES EM PARALELO. QUAL O PAPEL DO EMBAIXADOR NA GRÉCIA CLÁSSICA?

Pedro Ribeiro Martins¹

Resumo: Este artigo pretende explorar as visões sobre embaixadores explícitas em Demóstenes e Aristófanes. No discurso “*Sobre a falsa embaixada*”, Demóstenes traz a público os problemas por ele observados na embaixada a Filipe conduzida em 346, que ele próprio compunha. A peça “*os Acarnenses*” de Aristófanes retrata diversos diplomatas reportando-se à assembleia ateniense. A intenção é retirar destes exemplos negativos de embaixadas práticas comuns durante a diplomacia grega do período clássico, e expôr características da instituição diplomática grega.

Palavras-chave: Diplomacia, Demóstenes, Aristófanes.

1 - Qual o papel do embaixador na Grécia clássica?

Diplomacia é o termo usado para caracterizar as negociações entre dois ou mais agentes políticos. Foi praticada de maneira sistemática na grécia desde os tempos micênicos, apesar de Mosley alegar que um estudo histórico da diplomacia grega só é possível à partir do século V ac., já que não há evidências anteriores seguras para caracterizar precisamente o fenômeno da diplomacia (MOSLEY, 1973:1). No entanto, vem dos versos homéricos o primeiro modelo de embaixador: Odisseu. Artífice da persuasão, Odisseu figura como um modelo de orador, pois é quem dirige-se aos troianos e participa, também, da célebre embaixada a Aquiles². A literatura serve, então, como espelho para o período clássico.

O uso da diplomacia revela a necessidade de agentes políticos manterem sua autonomia e evitarem o conflito direto. No entanto, as primeiras cidades-estado não presenciaram um alto número de trocas de missões diplomáticas dado o alto grau de autonomia e existência entre elas. Um fenômeno característico, porém, é o da *proxenia*,

¹ Mestrando em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. O email para contato é pedroribmartins@gmail.com

² *Ilíada* canto IX. A própria organização do discurso dos embaixadores neste canto faz-nos pensar que recursos de retórica dos oradores do século V. ac foram inspirados nestes versos homéricos.

instituição determinada pela fidelidade entre amigos, laços entre indivíduos ou famílias, que incluía um ritual de acolhimento. Em Homero, no episódio da troca das armas entre Glauco e Diomedes observa-se um típico ritual de início de *proxenia*(*Iliada* 6. 118-235). O alargamento destes laços incorpora tópicos extra-familiares, como a própria política estatal, estabelecendo assim ligações de *proxenia* entre comunidades e cidades-estados. O segundo laço social que ligava os gregos era a religião e seus rituais. Outro importante fator de identidade inter-estatal era a relação entre a colônia e a metrópole.(ADCOCK, MOSLEY, 1974:11)

É difícil afirmar que a guerra era a permanente característica de todas as comunidades gregas. As cidades eram altamente conscientes de sua individualidade mas aprenderam a reconhecer e respeitar a individualidade de seus aliados e inimigos. Isto proporcionava, na medida do possível, uma coexistência pacífica. No entanto, em tempos de guerra e de alianças em armas (*symmachia*), fez-se necessário cada vez mais institucionalizar a figura do embaixador pela sua capacidade de encontrar um terreno comum para a resolução dos conflitos(ADCOCK, MOSLEY, 1974:12). Na busca pelo plano comum de negociação, religião e diplomacia caminham juntas, já que a religião é uma instituição supranacional capaz de oferecer parâmetros mais ou menos neutros para negociações de disputas, e a diplomacia nada mais é do que o uso da persuasão para a resolução de conflitos. Como, por exemplo, os Festivais religiosos que eram usados muitas vezes como tréguas, sendo estes encarados como um remédio homeopático para a rivalidade.

Apesar dos esforços de institucionalização do ofício de diplomata, o que percebemos é que o componente individual era, de longe, o mais importante. A importância de uma embaixada era medida pela importância dos embaixadores envolvidos. Os laços de *proxenia* dos embaixadores eram decisivos na maioria das negociações.

1.2. Os tipos de embaixadores.

Os nomes utilizados pelos gregos para caracterizar aqueles que estavam envolvidos em algum tipo de missão diplomática são três: *angelos*, *keryx* e *presbeis*. Como a grande parte dos assuntos diplomáticos eram resolvidos de maneira oral, mesmo que alguns assuntos fossem tratados por carta, estas três funções tinham características bem definidas e muitas vezes trabalhavam em conjunto.

O termo *angelos* é o mais genérico e significa mensageiro. Pode ser confundido com *presbeis*, sendo que os não gregos utilizam os dois nomes indiscriminadamente. Tem como função principal anunciar um evento, um acordo ou uma decisão (ADCOCK, MOSLEY, 1974:152).

Os arautos estão envolvidos por uma tradição religiosa muito bem estabelecida e carregam sobre si uma proteção divina. São os únicos que gozam de imunidade diplomática em terra estrangeira. Vale ressaltar que esta imunidade advém do caráter religioso e não de acordos sobre diplomacia. Carregam símbolos e, normalmente, lideram as missões diplomáticas, usando sua imunidade para abrir caminho seguro para os outros embaixadores. No entanto, nem sempre sua imunidade era estendida aos outros membros da comitiva. A hereditariedade é um fator presente na escolha dos arautos. Duas famílias destacaram-se na antiguidade por executarem sucessivamente o papel de arauto. Os *talthybbii*, nomeados após Taltíbio, arauto de Agamênon em Esparta e os *kerykes* em Atenas, sendo Callias o mais famoso dos seus representantes (ADCOCK, MOSLEY, 1974:153). Se dois estados estivessem em guerra, o envio de um arauto era, normalmente, o primeiro passo para o estabelecimento de comunicação. No campo de batalha era função do arauto pedir aos inimigos a permissão para recolher os mortos no campo. A própria aparição de um arauto já indicava a possibilidade de guerra. Normalmente embaixadas com vários delegados eram precedidas por um arauto para assegurar a segurança da viagem (ADCOCK, MOSLEY, 1974:154).

Já os *presbeis* trabalhavam em grande quantidade, Demóstenes e Ésquines eram *presbeis* durante a embaixada a Filipe. O próprio nome grego que caracteriza embaixada é *presbeia*. O status dos *presbeis* era mais político e não possuíam em torno

de si um código santificado para assegurar sua proteção ou autoridade; estavam enquadrados nos códigos destinados aos estrangeiros, mas não lhes era excluída a possibilidade de serem presos. Os *presbeis* estavam livres para angariar informações de maneira informal em adição a apresentação formal frente aos conselhos e assembleias políticas. O papel do embaixador estava tão ligado à política estatal que, normalmente, quando um político desenvolvia uma certa política externa, ele também participava da embaixada para implementar a medida política por ele desenvolvida. Adcock e Mosley sugerem que o papel de político e embaixador eram duas faces de uma mesma moeda (ADCOCK, MOSLEY, 1974:159). Por exemplo, Filócrates em 346 propôs as negociações de paz com Macedônia e seguiu em embaixada para referendar os acordos.

Se os *presbeis*, *kerykes* e *angeloi* executavam tarefas pontuais, com atribuições específicas, os *proxenoi* carregavam em sua personalidade política a essência da ligação entre duas cidades-estados. A *proxenia* era a instituição que mais se aproximava do que hoje conhecemos como representação diplomática. Um *proxenos* poderia obter seu status tanto pelo reconhecimento pelos seus serviços ou herdando de seu pai. As origens da *proxenia* podem ser tanto religiosas quanto comerciais. Sua importância era efetivamente política. Suas responsabilidades eram: oferecer hospitalidade para visitantes públicos e privados do estado que ele representava. A *Proxenia* envolvia status e responsabilidades, nenhum retorno financeiro (ADCOCK, MOSLEY, 1974:162). Cimon diz que não tinha nenhum lucro com a sua condição de *proxenos*³. O caso mais interessante de *proxenia* é o de Nícias, *proxenos* de Siracusa. Sabemos o quanto o general empenhou-se para evitar a investida à Siracusa, no entanto, ao ser decidido o ataque, ele mesmo liderou a frota ateniense.

2 - Demóstenes e as cinco responsabilidades dos embaixadores.

Após um exórdio ressaltando a importância da esfera pública sobre a esfera privada quando se trata de assuntos públicos e da manutenção do juramento dos cidadãos de respeitar a *Polis*, Demóstenes, em seu discurso “sobre a falsa embaixada” acusa nominalmente Ésquines de ter recebido favores pessoais, de não fazer-se presente para

³ Plutarco, *Vida de Cimon* 14.3 “ In making his defence before his judges he said he was no proxenus of rich Ionians and Thessalians, as others were, to be courted and paid for their services, but rather of Lacedaemonians, whose temperate simplicity he lovingly imitated, counting no wealth above it, but embellishing the city with the wealth which he got from the enemy.”

defender-se e de usar meios espúrios como a intimidação para alcançar seus objetivos, Demóstenes elenca os princípios que devem guiar um embaixador justo.

Temos nesta lista de princípios, antes de tudo, uma ordenação de ataques políticos contra Ésquines. Demóstenes ressalta justamente os valores diplomáticos que, segundo ele próprio, foram corrompidos por Ésquines durante a embaixada(*Demóstenes. 19.8*).

Em seguida preocupa-se em fazer um percurso político do antes desconhecido orador. Ressalta que Ésquines aparece na cena política ateniense trazendo discursos contrários à política expansionista de Filipe e narra os grandes momentos de Ésquines ao defender a doutrina anti-Filipe, inclusive alguns acordos de ordem pessoal com o próprio Demóstenes, como investigar Filocrates, um dos negociadores da paz de Filócrates⁴(*Demóstenes 19.10-14*). No entanto, afirma que em algum momento, Ésquines deve ter sido subornado, pois mudou de posição, passando a apoiar as ações de Filipe, mesmo as que eram contrárias às ações atenienses. Em seguida, enuncia seus princípios.

Os cinco princípios enunciados por Demóstenes são os seguintes:

“Primeiramente, deve ser responsável pelos seus relatórios. Em segundo lugar, deve assumir a responsabilidade pelos seus conselhos e negociações. Em terceiro lugar, deve manter-se fiel às ordens que lhe foram dadas. Em seguida, é responsável pelo tempo dispendido na missão. E, acima de todas estas obrigações, não deve deixar-se corromper.”(*Demóstenes 19.4*)⁵

É sabido que Demóstenes tem um objetivo bem definido ao escolher estes atributos para caracterizar um embaixador. Ao desenhar o ideal de enviado, Demóstenes prepara o terreno para atacar Ésquines e provar, ponto a ponto, que Ésquines cometeu crimes durante as embaixadas que fez à Macedônia. Apesar desta enunciação fazer parte da retórica de Demóstenes, a escolha das responsabilidades é feita com cuidado e está

⁴ Depois de uma década de movimento militar, em 346, a Macedônia propõe paz, que é aceita pelos atenienses, sendo chamada de paz de Filocrates. Durante esta paz era necessário acertar diversos detalhes, como por exemplo a questão fócida. Demóstenes e Ésquines são enviados como embaixadores.

⁵ Tradução do autor.

associada intimamente ao ofício de embaixador. Especialmente o primeiro e o segundo ponto levantado pelo orador ático permanecem, ainda hoje, como ideais do ofício diplomático.

O primeiro ponto é, talvez, o mais importante. Está relacionado com a veracidade do discurso do enviado e com a capacidade de descrever a situação encontrada por ele em terras estrangeiras. É decisivo, pois será baseado em seus relatos que a assembleia poderá tomar uma decisão sobre o assunto. Relatos confusos ou suspeitos geram dificuldades na tomada de decisões. O segundo ponto é o mais subjetivo de todos. Demóstenes utiliza este argumento para acusar Ésquine de ter aconselhado de maneira arbitrária a assembleia. O terceiro ponto refere-se à falta de autonomia do diplomata. Os enviados não possuem *arche*, ou seja, não tem poder suficiente para deliberar, comandar ou julgar. Eles devem cumprir decretos (*psephismai*) decididos pela assembleia. Esta é uma das principais diferenças entre os enviados e outros funcionários públicos, especialmente os generais (MOSLEY, 1973: 39). O quarto ponto é o que mantém a relação mais estreita com o caso da segunda embaixada a Filipe, logo é o princípio menos genérico e soa mais como uma acusação pessoal do que uma tentativa de construção de uma cartilha moral para o bom comportamento de um embaixador. Demóstenes queixa-se de que a embaixada demorou três meses para completar sua missão e que, por causa de sua demora, Filipe conseguira avançar contra o território grego. O quinto ponto é considerado por Mosley o mais importante e significa que o embaixador deve manter-se distante de subornos e evitar assédio moral dos seus hospedeiros para, assim, manter-se incorruptível durante suas atividades (MOSLEY, 1973: 39).

3 -A *Parapresbeia* e a anti-embaixada.

O que chamo neste artigo anti-embaixada são exemplos negativos de missões diplomáticas. O nome *parapresbeia* é utilizado quando membros de embaixadas vão à julgamento para responder por mal comportamento durante uma missão. As razões para a instalação de um processo de *parapresbeia* são variadas, no entanto, todas tem relação com os cinco elementos pontuados por Demóstenes em seu discurso “sobre a falsa embaixada”. (*periparapresbeia*).

As acusações principais envolvidas nos casos de *parapresbeia* são suborno, desvio de dinheiro público, má conduta intencional, quebra de instruções e traição(MOSLEY, 1973: 40). No entanto, nenhuma acusação formal de traição foi levantada contra um diplomata. Mosley apresenta os seguintes dados sobre o número de acusações de *parapresbeia*: Dos cento e vinte e cinco nomes que sabemos terem tido participação em alguma missão, vinte e cinco foram envolvidos em algum tipo de processo, sendo dezoito condenados. No entanto, isto não significa dizer que todos os processos estavam ligados à missão em si. Como a maioria dos embaixadores eram selecionados a partir do alto escalão político de Atenas, estes personagens, pela sua exposição pública, eram processados com maior facilidade do que um anônimo cidadão. Entretanto, das mais de cento e dez embaixadas que temos notícia, apenas cinco foram a processo por acusação de *parapresbeia* e destas, somente três foram condenadas(MOSLEY, 1973:41).

A diferença entre as punições dos embaixadores e dos generais demonstra algumas características de cada cargo. Por possuir um alto grau de responsabilidade e *arche*, o general era pressionado constantemente a responder pelos seus atos frente à assembleia e era passível de punição não somente pela sua má conduta, mas também pelas decisões que viesse a tomar, enquanto o diplomata, normalmente, possuía um grau menor de autonomia e missões pontuais de risco baixo, que só geravam punições quando o enviado feria algum dos princípios éticos enunciados por Demóstenes.

Além da *parapresbeia*, as embaixadas poderiam ter outro desfecho negativo. Quando, por algum motivo, seus membros não conseguem cumprir sua missão e veem-se obrigados a retornar à casa. Alguns exemplos são oferecidos em Heródoto e Xenofonte. Em 480 ac, os atenienses recusaram a presença de Murychides, o embaixador persa, durante os debates públicos(*Heródoto* 9.5). Já em 344/3 houve completo desentendimento entre atenienses e os embaixadores de Filipe, mas mesmo assim as cortesias foram feitas(*Demóstenes*, 7.20). Outro exemplo data de 405 ac. Quando Teramenes e nove colegas em sua primeira embaixada de Atenas até Esparta encontraram-se, primeiramente, com os cinco éforos, que pediram suas referências. Os éforos não satisfizeram-se com as referências apresentadas e os enviaram de volta à Atenas, sugerindo que deveriam retornar com termos de referência diferentes (*Xenofonte*, 2.2.13). Embaixadores espartanos foram presos em condições suspeitas na

casa de Callias em 378, eles não tinham condições legítimas de reclamar, no entanto era um risco abusar de tal forma de embaixadores. Eles poderiam ter pedido proteção somente se um arauto tivesse liberado o caminho anteriormente. Quando não eram bem-vindos, o normal era receberem um ultimato para retornarem. Em tempos de guerra, atenienses interceptaram e mataram dois embaixadores espartanos em seu caminho para a Pérsia(*Tucídides 2.67*) .

Este segundo tipo de falha na missão não advém da quebra de algum princípio ético passível de punição mas sim de circunstâncias políticas determinadas ou, talvez, de incompetência pessoal. O que torna a segunda embaixada a Filipe tão famosa é o fato de Demóstenes acusar Ésquines tanto de incompetência quanto de quebra de compromissos éticos para com seu povo.

4 -A anti-embaixada em Aristófanes.

Farei em seguida um paralelo entre alguns ideais descritos por Demóstenes e o comportamento dos embaixadores na comédia de Aristófanes *Os acarnenses*. Esta comparação servirá para exemplificar, mesmo que de maneira hiperbólica, a falta de confiança do povo em seus embaixadores e como seus crimes de *parapresbeia* eram tratados no dia-a-dia.

- 1) **“Primeiramente, deve ser responsável pelos seus relatórios.”**(*Demóstenes 19.4*)

“Embaixador: Vamos, explica lá qual a missão de que o Rei te encarregou junto dos Atenienses, Pseudartabas.

Pseudartabas: *I artamane Xarxas apiaona satra.*

Embaixador: Percebeste o que ele está a dizer.

Diceópolis: Não, bolas, eu não!

Embaixador: Diz ele que o Rei nos vai mandar ouro. Vamos, tu, explica lá melhor e com mais clareza essa questão do ouro.

Pseudartabas: Tu não receber ouro, não, cu-mole de Ione!” (*Aristófanes, Acarnenses 100-105*)⁶

Nesta cena, Aristófanes retira o efeito cômico da incongruência do discurso do embaixador em relação à oferta de ouro pelo Grande Rei. Enquanto o povo quer ouvir que receberá o ouro, Pseudoartabas balbucia que não há ouro algum e Diceópolis é o único que compreende a verdadeira mensagem.

Diceópolis: “ O Grande Rei vai-nos banhar de ouro? (*Pseudartabas acena que não*) Quer dizer que estamos a ser enganados pelos nossos embaixadores? (*Pseudartabas acena que sim, e os eunucos imitam-no*) (*Aristófanes, Acarnenses: 114-117*).

A discrepância notória do discurso do embaixador persa e do embaixador grego produz em Diceópolis a mesma desconfiança que Demóstenes procura demonstrar aos juízes com relação a Ésquines. Ésquines teria produzido um falso relatório ao afirmar que Filipe havia retirado os Halos e os Fócidas do acordo de paz por uma questão estratégica que viria a beneficiar os atenienses. Nenhum outro embaixador sabia deste detalhe porque Felipe havia dito isto ao pé do ouvido de Ésquines. Para verificar a veracidade desta informação, uma terceira embaixada é organizada. No entanto, nem Demóstenes (que negou-se a participar de outra embaixada com Ésquines), nem Ésquines (que segundo Demóstenes fingiu uma doença) foram enviados.

2)“Em segundo lugar, deve assumir a responsabilidade pelos seus conselhos e negociações.”(*Dem. 19.4*)

Teoro:” Estes homens, se se lhes der duas dracmas de salário(*misthon*) , só com a infantaria, são capazes de arrasar a Beócia de uma ponta à outra.

Diceópolis: A esses tipos? Duas dracmas a esses circunsisados? Gemer é o que resta aos marinheiros, os salvadores da cidade. (*Os Odomantos roubam-lhe o sacco.*) Ai que desgraça a minha! Estou perdido! Os Odomantos estão a pilhar os meus alhos. Vocês largam já esses alhos ou não largam?

Teoro: Ah desgraçado! Não te aproximes deles. Já comeram os alhos.

⁶ As traduções da peça *Os acarnenses* são da autoria da professora Maria de Fátima Silva.

Diceópolis: Vocês, prítanes, têm a coragem de me ver suportar um ultraje destes na minha pátria, e da parte de bárbaros? Mas eu recuso-me a continuar a discussão sobre o salário(*peri misthou*) a dar aos trácios.” (*Aristófanes, Acarnenses: 160-170*)

Esta passagem de Aristófanes caracteriza uma má decisão tomada por um embaixador e põe em causa a razão para a tomada de tal decisão. Demóstenes certamente julgaria Teoro por oferecer maus conselhos e conduzir péssimas negociações para o povo ateniense. Os trácios, na peça de Aristófanes, não são confiáveis e constituem um exército de marginais que roubam até mesmo aqueles que pagariam seus ordenados.

3) “**Em seguida, é responsável pelo tempo dispendido na missão.**” (*Dem.19.4*)

Embaixador:”Fomos por vós enviados junto do Grande Rei, com um salário(*misthon*) de duas dracmas por dias, no arcontado de Eutímenes” (*Arist. 65*)

Embaixador: “ Ao fim de quatro anos, chegamos à corte do rei. Mas ele tinha saído com o exército para ... cagar, e há oito meses que estava a fazer no alto de uns peni...nhascos de ouro.” (*Arist.80*)

A irritação demonstrada por Demóstenes ao afirmar que mil dracmas foram pagas aos embaixadores pelo fato deles terem se delongado por três meses, encontra paralelo nesta piada. Se os embaixadores recebem duas dracmas por dia, após quatro anos de viagem (somente de ida) este ordenado viria a representar uma grande quantia para os cofres públicos. A negligência com o dinheiro público está na base do efeito cômico desta passagem.

Teoro:”Não teria sido tão longa a nossa demora na Trácia...

Diceópolis: Lá isso não, de certeza, se não recebesses uma maquia tão grossa!

Teoro: ... se a Trácia não estivesse coberta de neve e os rios gelados.” (*Arist. 136-139*)

Nesta passagem, Teoro oferece uma razão para sua demora, enquanto Diceópolis, com sagacidade, encaixa a acusação de que o embaixador só demorara pois estava recebendo provisões públicas para isso.

5 - Remuneração e suborno.

Para realizarem suas missões os embaixadores eram providos de uma certa quantia aprovada pela assembleia e que se destinava a cobrir despesas de locomoção, alojamento e qualquer imprevisto durante a viagem. Esta comissão estava longe de configurar-se como um salário pois o próprio ofício de embaixador não era ele constante, sendo os embaixadores escolhidos esporadicamente para missões específicas. A palavra *ephodion*, usada para descrever esta remuneração pode ser traduzida como provisão de viagem ou recursos, enquanto o verbo *ephodiazdo* significa munir alguém de provisões para uma viagem.

Podemos comparar os valores recebidos por estes enviados com outras remunerações também pagas pelo Estado. Conselheiros recebiam cinco óbulos por dia, arcontes recebiam quatro enquanto que júris levavam três óbulos a cada dia de sessão. Para os que serviam longe de Atenas, como por exemplo na administração de Lemnos, Imbros e o governador de Salamis recebiam um dracma diário (MOSLEY, 1973: 74). Tucídides informa que, durante a guerra do peloponeso, os três mil hoplitas que foram à campanha de Potideia eram pagos com dois dracmas diários, no entanto uma destas dracmas era dirigida ao seu servo, restando apenas uma para si próprio (*Tucídides 3.17*).

Aristófanes em, *Acarnenses (passim)*, relata uma vida de luxúria e prazeres de embaixadores, ressaltando que estes receberiam duas dracmas por dia, o que quando comparado à remuneração das outras classes, representaria um bom ordenado. Deixando de lado a hipérbole satírica típica da comédia, dificilmente poderíamos classificar este ordenado como demasiado ou ligado diretamente à necessidade de luxo por parte dos embaixadores. Ao lembrarmos que esta *ephodia* serve para cobrir os custos de viagens e hospedarias, sem contar a própria alimentação, veríamos que os gastos se fazem necessários. Além disto, caso os enviados quisessem levar servos, como aconteceu na segunda embaixada à Macedônia segundo Ésquines (*Ésquines, 2.99*)⁷, deveriam ter completa responsabilidade financeira sobre eles.

Mesmo que aceitemos, para o século V, este valor de duas dracmas para cada embaixador, observamos que no século IV este número se reduz substancialmente. Uma

⁷ Ésquines afirma, neste passo, que Demóstenes havia levado consigo dois servos e que eles carregavam um talento de prata em sua bagagem. Dinheiro destinado a libertar os prisioneiros de guerra.

evidência epigráfica de 375-8 informa um decreto feito pela assembleia em que o povo ateniense atribuiu vinte dracmas a cada embaixador para uma missão em Pellas. Somente a viagem de ida e volta à Pellas duraria em torno de dez dias, se adicionarmos três dias para a resolução dos afazeres, isto geraria uma renda de 1,53 dracmas ao dia, ou seja uma dracma e três óbulos(MOSLEY,1973: 75) aproximadamente.

Demóstenes, ao acusar de improbidade os embaixadores da segunda embaixada à Macedônia, revela, em tom de acusação, que o Estado ateniense estaria gastando mil dracmas para a missão inteira. Esta missão, composta de dez membros, esteve fora de Atenas por noventa dias, algo excepcional, mas que nos permite chegar ao número de 1,11 dracmas diários a cada embaixador. Como observamos neste passo:

*Mas, por Zeus, durante este tempo era muito necessário que eles tivessem tomado os juramentos aos aliados de Filipe ou, ao menos, realizado suas obrigações. Mas não, ausentaram-se por **três meses inteiros** e tomaram-vos **mil dracmas** para pagar suas despesas de viagem. Não conseguiram com que nenhuma Cidade-Estado prestasse juramento, nem quando iam para lá, nem quando retornavam para Atenas. E no próprio hotel, em frente ao Dioscoreio (se algum de vós já esteve em Phera, sabe do que falo)(Dem.19.158)⁸*

De acordo com Demóstenes, os embaixadores não eram mal pagos, entretanto, faz-se necessário dizer que os enviados eram recrutados somente entre aqueles com plenas condições de manter-se fora da cidade, pois muitas vezes o pagamento era feito somente na volta da missão. Como em 357/6, quando os atenienses votaram pelo pagamento de vinte dracmas para aqueles que tinham ido à Erectria, Cálcis e Hestieia. Ou seja, estes enviados teriam pago todas as suas despesas e acertaram as contas quando voltaram à Atenas(MOSLEY, 1973: 75).

Considerações finais.

A diplomacia, por não ser um ofício, encontrou pouca defesa como uma classe organizada. Não restou muito sobre as características específicas deste funcionário esporádico do Estado. Analisando a comédia e os discursos jurídicos de Demóstenes,

⁸ Tradução do autor.

chegamos à conclusão de que os embaixadores eram constantemente cobrados pelas suas atitudes. Seja pela qualidade do cumprimento das missões, seja pela idoneidade dos políticos que transformavam-se em embaixadores. Um embaixador não estava isento do julgamento moral tanto do povo quanto de seus pares. Podendo transformar-se em piada na comédia ou objeto de acusação de *parapresbeia*. Um dos únicos relatos remanescentes de uma defesa do embaixador como ofício pertence a Ésquines, que compara este ofício com o de general.

“ You ought, fellow citizens, to judge your ambassadors in the light of the crisis in which they served your generals, in the light of the forces which they commanded. For you set up your statues and you give your seats of honour and your crowns and your dinners in the Prytaneum, not to those who have brought you tidings of peace, but to those who have been victorious in battle. But if the responsibility for the wars is to be laid upon the ambassadors, while the generals are to receive the rewards, the wars you wage will know neither truce nor herald of peace, for no man will be willing to be your ambassador.” (Ésquines, 2.80)

Ésquines defende o ofício de embaixador como um símbolo de paz e reclama do fato do trabalho dos enviados ser obscurecido pelo trabalho dos generais, que receberiam toda a fama por uma política agressiva. Ésquines argumenta que se o trabalho dos embaixadores continuar a ser desvalorizado não haverá mais ninguém com vontade suficiente para realizar este trabalho.

A própria defesa de Ésquines confirma o status ameaçado e tenso do papel de embaixador. Estando assentado que não era por dinheiro que os embaixadores trabalhavam; a tese de que pelo reconhecimento político e, principalmente, para trabalharem em suas próprias políticas externas fica cada vez mais estabelecida.

Bibliografia.

ARISTÓFANES. “*Os Acarnenses*” Tradução de Maria de Fátima de Sousa e Silva. Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra, 1988.

MOSLEY, D.J. “*Envoys and diplomacy in ancient Greece.*” Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden, 1973.

ADCOCK, Sir Franck, MOSLEY, D.J. “*Diplomacy in ancient Greece.*” Thames and Hudson, 1974.

HOMER. “*The Iliad*” with an English Translation by A.T. Murray, Ph.D. in two volumes. Cambridge, MA., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1924.

PLUTARCH. “Plutarch's Lives” with an English Translation by. Bernadotte Perrin. Cambridge, MA. Harvard University Press. London. William Heinemann Ltd. 1914.

DEMOSTHENE. “*Plaidoyers politiques, tome III : sur les forfaitures de l'ambassade* ». Les Belles lettres. Paris, 2002.

HERODOTUS, “*Histories*” with an English translation by A. D. Godley. Cambridge. Harvard University Press. 1920.

AESCHINES “*On the embassy*” with an English translation by Charles Darwin Adams, Ph.D., (Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd., 1919.)